

Imagem



Sarney (E) instala a comissão que vai preparar a reforma no código, que considera "uma colcha de retalhos"

Comissão estuda reforma em busca de Justiça mais ágil

O presidente do Senado, José Sarney, nomeou ontem um grupo de juristas para elaborar, no prazo de 180 dias, o anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil. **3**

Mudança na DRU pode liberar mais dinheiro para educação

Imagem



A autora de uma das propostas sobre a DRU, Ideli Salvatti (ao lado de Romero Jucá), na reunião em que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou diversos projetos

Proposta aprovada pela CCJ livra a área de educação do mecanismo que permite ao governo a retenção de 20% das verbas vinculadas

Proposta já acolhida pela Câmara só depende agora da aprovação do Plenário do Senado, em dois turnos, para acabar com o uso da Desvinculação de Receitas da União (DRU) na educação. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou também a exigência de exame criminológico para a progressão de regime e a liberdade condicional. **4 e 5**

Acolhido projeto em defesa da concorrência

Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou projeto que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. **3**

Hospitais devem ter estoque de vacinas

Projeto aprovado pela CAS institui exigência para hospitais públicos e privados que realizem atendimento de urgência. **6**

Comissão aceita indicação para a Abin

Durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores, Wilson Trezza anunciou o envio ao Congresso Nacional, em breve, de um projeto de lei estabelecendo a política nacional de inteligência.

A comissão requereu informações sobre o conteúdo de fitas gravadas na Operação Satiagraha. **2**

A comissão requereu informações sobre o conteúdo de fitas gravadas na Operação Satiagraha. **2**

Imagem



Wilson Trezza (à esq., ao lado de Eduardo Azeredo) fala aos senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes, Francisco Dornelles e Romeu Tuma

Imagem



Cadeira especial para obesos e pessoas com deficiência

Obrigações previstas em projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos aplica-se a casas

de diversão pública, auditórios e salas de aula e de espera. A proposta estabelece multa de 2% do

faturamento médio mensal para os estabelecimentos que descumprirem a exigência. **8**

Designado pelo presidente da República para comandar a Agência Brasileira de Inteligência já exerce a função há 13 meses, em caráter provisório. Mensagem depende agora de votação no Plenário do Senado

Comissão aprova a indicação de Trezza para diretor-geral da Abin



Wilson Trezza (E), ao lado de Eduardo Azeredo, é sabatinado na CRE

Comissão pede informações sobre fitas da Satiagraha

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem requerimento a ser enviado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República solicitando informações sobre o conteúdo de fitas – supostamente gravadas durante a Operação Satiagraha, da Polícia Federal – que conteriam diálogos envolvendo senadores.

O requerimento, de Aloizio Mercadante (PT-SP), foi votado pouco antes da aprovação da mensagem que indica Wilson Roberto Trezza para diretor-geral da Abin. Também foram aprovados requerimentos de Heráclito Fortes (DEM-PI), pedindo informações sobre a invasão de uma fazenda em São Paulo por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e do próprio Mercadante, solicitando a íntegra do inquérito

da Operação Satiagraha.

Na sabatina, Trezza afirmou ser favorável à proposta de Mercadante, de criação de um mecanismo de controle externo da Abin. Segundo a proposta, seria estabelecida uma subcomissão permanente da CRE para acompanhar as atividades da agência.

Autor de pedido de vistas do relatório sobre a mensagem de indicação do novo diretor-geral, na semana passada, Heráclito Fortes queixou-se de dois agentes da agência que teriam anunciado a participação do senador em diálogos gravados durante a Satiagraha. Heráclito disse não conhecer as pessoas com quem teria mantido as conversas gravadas. E pediu a Trezza que divulgue as fitas, ou, caso elas não existam, que puna os agentes que anunciaram a existência das gravações.

COM 14 VOTOS a favor e 1 contrário, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a mensagem presidencial que indica o nome de Wilson Roberto Trezza para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A votação ocorreu após longa sabatina, sendo uma parte aberta ao público e outra reservada. A indicação será agora submetida à deliberação do Plenário do Senado.

Na abertura da reunião, Trezza – que já ocupa há 13 meses a direção da agência, em caráter provisório – defendeu a aprovação de uma mudança na Constituição para incluir as ações de inteligência como uma atividade típica de Estado. Ele anunciou também o envio ao Congresso Nacional, em breve, de um projeto de lei estabelecendo a política nacional de inteligência, prevista desde 1999.

O diretor indicado recorreu que a Abin passou por sua “maior prova” no segundo semestre de 2008, período que coincidiu com a divulgação da Operação Satiagraha, deflagrada pela Polícia Federal para o combate a desvios de verbas públicas.

– A agência foi alvo de críticas, de uma campanha intensa na imprensa, e esteve no meio de uma crise

institucional. Tivemos que responder a duas CPLs e enfrentamos a situação altamente constrangedora de passar por duas atividades de busca e apreensão. Acho que atendemos aos questionamentos. A Abin deixou de constar da pauta dos órgãos de mídia e hoje tem um perfil mais reservado – afirmou Wilson Trezza.

A partir da aprovação da política nacional de defesa e do futuro plano nacional de defesa, informou, a agência buscará se adequar ao momento em que se registra o aumento da inserção do Brasil no cenário internacional.

Para atender a esse novo momento, porém, a Abin conta, segundo Trezza, com um orçamento “pífio” diante de suas responsabilida-

des. Ele observou que o sistema de inteligência dos Estados Unidos recebe US\$ 75 bilhões anuais, enquanto o orçamento da agência brasileira em 2009 limitou-se a R\$ 350 milhões.

A mensagem do presidente da República que indicou Trezza recebeu parecer favorável do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE). A votação, inicialmente prevista para a semana passada, acabou sendo adiada pelo presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), acolhendo um pedido de vistas de Heráclito Fortes (DEM-PI).

“A Abin deixou de constar dos órgãos de mídia e hoje tem perfil mais reservado”, diz diretor indicado

Execução das Metas do Milênio terá audiências públicas

Com base em plano de trabalho apresentado pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), a Comissão Temporária de Acompanhamento das Metas do Milênio aprovou ontem a realização de audiências públicas com representantes do governo federal e de organismos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). Numa segunda fase, serão ouvidos integrantes de organizações sociais.

A ideia é tomar conhecimento do que foi feito desde 2000 para o cumprimento dessas metas, que deverão ser atingidas até 2015 e estão relacionadas a oito objetivos do milênio.

As metas, que visam à redução do índice de mortalidade infantil, à melhora da saúde da gestante e ao combate à Aids, à malária e a outras doenças, deverão ser discutidas na próxima quarta-feira pelos senadores com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e com representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, conforme proposta da relatora.

Plenário acolhe três acordos internacionais

O Plenário do Senado acatou, na sessão deliberativa de ontem, três projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais celebrados pelo Brasil. A votação foi simbólica e os três projetos irão agora a promulgação.

O PDS 481/09 aprova os textos dos atos da União Postal Universal (UPU), aprovados em seu 23º Congresso, em Bucareste, em 5 de outubro de 2004. Os documentos a que o projeto se refere são o 7º Protocolo Adicional à Constituição da UPU; o Regulamento Geral da UPU; a Convenção Postal Universal; e Protocolo Final e o Acordo referente aos Serviços de Pagamento dos Correios.

O PDS 658/09 aprova o texto do acordo entre Brasil e Alemanha sobre cooperação financeira, de 24 de outubro de 1991, relativo ao projeto Saneamento Básico Ceará 2. Já o PDS 659/09 aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Brasil e Moçambique, de 6 de julho de 2007.



Senador afirma que intervenção do governo em empresa geraria insegurança entre investidores

Dornelles não acredita que Lula vá interferir na Vale

“A intervenção do governo em problemas específicos de uma empresa privada seria motivo da maior insegurança para aqueles que desejam investir e produzir no país.” A observação foi feita por Francisco Dornelles (PP-RJ) ao expressar sua descrença nas notícias sobre um suposto desejo do presidente Lula de interferir nos assuntos relativos à mineradora Vale.

Para Francisco Dornelles, em uma economia de mercado é válida a disputa e rotineiro o conflito de interesses nas empresas. Por esse motivo, o governo não deve tomar partido na disputa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário: homenagem ao Dia do Professor. Pauta trancada

A sessão ordinária, às 14h, é deliberativa. A hora do expediente será destinada a homenagear o Dia do Professor. A pauta continua trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 15/09 (MP 465/09), que trata de subvenção econômica ao BNDES, e pela MP 467/09, que prorroga contratos vinculados a projetos de operação técnica.

Na CRE, mensagens de indicação de embaixadores

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne para analisar duas mensagens do Executivo com indicações ao cargo de embaixador: Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, para a Etiópia, e Renato Xavier, para São Vicente e Granadinas.

Mudanças na Lei de Execução Penal em análise na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa, às 10h, projeto que altera a Lei de Execução Penal para atribuir à Defensoria Pública competência para a prática de diversos atos na fase de execução da sentença penal condenatória. A iniciativa garante assistência judiciária integral e gratuita aos presos. Entre os participantes, representantes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, da Associação Nacional dos Defensores Públicos; e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Comemoração do Dia Nacional da Leitura

Em comemoração ao Dia Nacional da Leitura, a Comissão de Educação (CE) debate o tema “Modelos de atendimento e experiências concretas”. Participam do evento a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e Luiz Amorim, criador do projeto Açogue Cultural T-Bone.

Congresso celebra o Dia Nacional do Idoso

Para comemorar o Dia Nacional e Internacional do Idoso e o 24º aniversário da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, o Congresso Nacional realiza sessão solene conjunta, às 10h, no Plenário do Senado.

Pratas da Casa homenageia hoje Jair Rodrigues

O projeto Pratas da Casa, do programa Senado Cultural, apresenta, às 19h, Cássia Portugal, Wilsinho e Marco Abdo, que vão homenagear Jair Rodrigues.

Sarney recebe relator da ONU para direito à alimentação

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h30, o relator especial da ONU para direito à alimentação, Olivier de Schutter, e, às 12h, membros da Representação Brasileira no Parlasul.



Flexa Ribeiro (E) preside reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia

Aprovada criação do Sistema de Defesa da Concorrência

Proposta que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e trata da prevenção e da repressão às infrações contra a ordem econômica foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O relator da matéria, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), incluiu no projeto de lei da Câmara (PLC 6/09) 28 emendas a fim de obter consenso para a aprovação da matéria. As emendas foram resultado de uma série de reuniões com especialistas do setor.

– Esse projeto é muito importante e exigiu três meses de negociação para que se obtivesse um acordo entre o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] e a Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações],

para que a agência continuasse com seus poderes – explicou.

Segundo o presidente da CCT, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), as emendas apresentadas visam principalmente corrigir falha de superposição de atividades entre a Anatel e o Cade, conforme alerta feito pelo presidente da agência, Ronaldo Sardenberg, em audiência pública no Senado em 23 de setembro.

Na nova estrutura proposta, estão sendo criados o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, composto por um presidente e seis conselheiros; a Superintendência-Geral, que abrirá os processos e analisará previamente fusões e aquisições, e ainda o Departamento de Estudos Econômicos, responsável pelo desenvolvimento de pesquisas.

Inácio Arruda reassume a relatoria da CPI das ONGs

Inácio Arruda (PCdoB-CE) reassumiu ontem o posto de relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs. Quando foi indicado para integrar a CPI da Petrobras, Arruda acabou perdendo a relatoria da CPI das ONGs para Arthur Virgílio (PSDB-AM), indicado pelo presidente do colegiado, Heráclito Fortes (DEM-PI), o que gerou impasse entre governistas e opositoristas durante meses no Senado.

A partir daí, a base governista condicionou o início dos traba-

lhos efetivos da CPI da Petrobras à volta de Inácio Arruda para a relatoria da CPI das ONGs, o que só ocorreu ontem, depois de negociações entre os líderes partidários.

A CPI foi instalada em outubro de 2007 e, após prorrogação, deve encerrar seus trabalhos em fevereiro de 2010. A vice-presidente é a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e o colegiado tem por objetivo apurar a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para organizações não governamentais.

Jefferson e Raupp querem liberar verbas da Suframa

Jefferson Praia (PDT-AM) voltou a condenar ontem a retenção de recursos orçamentários federais destinados à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Estimativas dão conta de que somente este ano o governo recebe cerca de R\$ 150 milhões. As afirmações foram feitas durante audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), proposta pelo próprio senador Jefferson Praia.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) observou que ano após ano os recursos da Suframa são retidos. A saída, opinou, é lutar politicamente pela liberação das verbas.

Comemoração do centenário de criação do Dnocs

No próximo dia 27 de outubro, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo comemora os cem anos de criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Para celebrar a data, será realizada audiência pública na comissão, solicitada pelos senadores José Nery (PSOL-PA), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O Dnocs é a mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), em 1909, foi o primeiro órgão a estudar as questões que afetam o semi-árido nordestino e a propor soluções.

Presidente do Senado, José Sarney, institui grupo de juristas para elaborar, em prazo de 180 dias, anteprojeto destinado a modificar o Código de Processo Civil

Comissão proporrá reforma para tornar Justiça mais ágil

COM O OBJETIVO de dar maior agilidade à Justiça e ampliar a proteção dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro, o presidente do Senado, José Sarney, instituiu ontem comissão de juristas para elaborar anteprojeto destinado a reformar o Código de Processo Civil. Ao classificar a legislação em vigor como “uma colcha de retalhos”, Sarney explicou que a comissão trabalhará gratuitamente e deverá concluir o texto num prazo de 180 dias.

– O atual Código de Processo Civil foi alterado muitas vezes, tornando-se uma colcha de retalhos. É necessária agora a elaboração de um novo texto, à altura do Brasil de hoje, cujas relações jurídicas mostram-se muito mais complexas do que aquelas vigentes em 1973 [data em que o código foi sancionado]. Mais, precisamos de um texto à altura do Brasil de amanhã, cuja prosperidade econômica e social certamente trará vários outros desafios.

Na análise de Sarney, o Senado é uma instituição que, além de tirar lições do passado, está comprometida com o futuro. Por isso, lembrou ele, a instituição conduziu, ainda no século 19, as primeiras reformas do Judiciário, então uma instituição com grande dependência do Executivo. Ele ressaltou ainda que, em sua última passagem pela Presidência do Senado, finalizou essa reforma, que teve dois notáveis destaques: a súmula vinculante, que a seu ver já resultou em diversas



Sarney (E) recebe a comissão de juristas que modificará “colcha de retalhos”

contribuições para a economia processual, e o Conselho Nacional de Justiça.

Clamor

Sarney lembrou que, à época de sua edição, o Código de Processo Civil foi elaborado para regular conflitos que eram basicamente individuais, visto que então nem se falava em ações coletivas. Em sua opinião, existe hoje um clamor nacional contra a ineficiência da administração da Justiça.

– A reforma do Código Civil e a velocidade exigida pela sociedade pedem um novo Código do Processo Civil. Só a partir dele poderão realmente ter efeito as medidas de agilização processual propugnadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Conforme explicou Sarney, em 180 dias, essa comissão apresentará ao Senado um anteprojeto que, após ampla discussão no Parlamento e na sociedade,

integrará o ordenamento jurídico nacional, regulando os inúmeros conflitos na esfera do Direito Civil. O presidente do Senado disse esperar que esse texto seja capaz de atender aos anseios gerais por uma Justiça mais ágil

Ao empossar a comissão, Sarney parafraseou Rui Barbosa para dizer que há tempo de plantar couves e há tempo de plantar carvalhos. Naquele instante, disse ele, estavam sendo plantadas sementes de carvalho.

São os seguintes os integrantes da nova comissão, a ser presidida pelo ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça: Teresa Wambier (relatora), Adroaldo Fabrício, Benedito Pereira Filho, Bruno Dantas, Elpidio Nunes, Humberto Teodoro Júnior, Jansen Fialho, José Miguel Medina, José Roberto Bedaque, Marcus Vinícius Coelho e Paulo Cezar Carneiro.

Menos recursos, sem interferir em direitos

Reunidos, logo depois da criação da comissão, para explicar o que pretendem fazer na construção de um anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil, os integrantes desse grupo disseram que seu propósito é obter menos formalismo, mais agilidade e a eliminação de institutos que só retardam a prestação jurisdicional.

O grupo de juristas e acadêmicos responsáveis pela elaboração do novo texto se diz pronto para enfrentar a missão, mas lembra que o texto atual, em vigor desde 1973, já sofreu 64 alterações, consistindo hoje em mais de 1.200 artigos, altamente responsáveis pela morosidade da Justiça.

Os especialistas disseram que está entre seus propósitos a redução do número de recursos, que atualmente atrasam extraordinariamente a solução de conflitos na área cível.

Eles reconheceram que o processo judicial por meio eletrônico é valioso instrumento de agilização da Justiça, admitindo também que a ideia da coletivização de ações é um admirável meio de evitar que um processo fique durante décadas aguardando uma sentença final.

Brincando, Teresa Arruda Alvim Wambier, designada relatora dos trabalhos da comissão, disse que, hoje, na Justiça brasileira, “é possível haver um recurso para cada espirito do juiz”. Tanto ela quanto Luiz Fux, presidente da comissão, disseram que será possível reduzir o número de recursos sem interferir nos direitos das partes.



Presidente do STF (E) é recebido por Sarney no Senado

Gilmar Mendes agradece aprovação de projetos

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em seu gabinete, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes. Depois do encontro, o presidente do STF, que também se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, disse que agradeceu a aprovação, pelo Legislativo, de projetos de lei de interesse do Judiciário, tais como o PLS 368/07, que eliminou o prazo para a apresentação de mandado de segurança.

– Conversamos ainda sobre outras questões ligadas à omissão constitucional, sobre como nós podemos nos integrar mais para satisfazer às exigências da Constituição. Em suma, foi um diálogo de bom nível e extremamente satisfatório – afirmou Gilmar Mendes.

O presidente do Supremo informou ainda que não tratou nem com José Sarney nem com Michel Temer da tramitação do projeto de lei que concede aumento aos servidores do Judiciário. De acordo com o ministro, a matéria ainda será objeto de sessão administrativa no STF.



Fátima Cleide é autora da proposta sobre servidores de Rondônia

Raupp relatará PEC, diz Fátima Cleide

Fátima Cleide (PT-RO) comunicou ao Plenário que Valdir Raupp (PMDB-RO) será o relator, na CCJ, da proposta de emenda à Constituição que transfere os servidores públicos do então território de Rondônia para a folha de pagamento da União.

A senadora, que foi a autora da PEC 87/03, manifestou a sua confiança no relator. A proposta foi modificada na Câmara e, por isso, retornou ao Senado. Fátima Cleide disse que Raupp tentará esclarecer na redação da PEC a data exata de contratação dos servidores que terão direito à transposição.

Valter saúda padre Ernesto

Os 90 anos do padre salesiano Ernesto Sassida, um italiano "que dedicou sua vida às crianças pobres da periferia de Corumbá e Ladário (MS)", foram saudados por Valter Pereira (PMDB-MS). O senador disse que o padre Ernesto fundou, em 1961, a comunidade conhecida como Cidade dos Meninos, que abrigava órfãos, e hoje é a Cidade Dom Bosco, onde são atendidos gratuitamente, com cursos de nível fundamental, médio e profissional, cerca de 2 mil jovens. Ao homenagear ontem o padre Ernesto, Valter Pereira disse que saudava todos os professores do país pelo transcurso do seu dia. Ele enalteceu ainda a Missão Salesiana, que, "ao chegar ao Brasil, procurou fundar escolas nas regiões em ocupação, especialmente no Centro-Oeste".

Tião Viana celebra 35 anos da TV Acre

Tião Viana (PT-AC) homenageou os 35 anos da TV Acre, integrante da Rede Amazônica de Rádio e Televisão e afiliada da Rede Globo. A Rede Amazônica, disse Viana, já estimulava a preservação ambiental mesmo antes de o tema ser preocupação nacional. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou ainda o papel unificador da Rede Amazônica. Também homenagearam a TV Acre Augusto Botelho (PT-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Cícero enaltece Campina Grande

O aniversário de 145 anos do município paraibano de Campina Grande, comemorado no domingo, foi lembrado pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB). O parlamentar disse que Campina Grande se caracteriza pela realização de grandes eventos, "como a maior festa de São João do mundo", vaquejadas, a Micarande, o festival de inverno e as bienais de tecnologia.

Além disso, o senador ressaltou que a cidade é referência para a região Nordeste nas áreas de educação e tecnologia. Segundo ele, as universidades e as escolas técnicas do município "contribuem para o processo de fortalecimento da economia regional". De acordo com o parlamentar, "o polo tecnológico existente no local desperta a atenção de grandes empresas, como a Nokia, a Motorola e a HP".



Projeto de Expedito foi aprovado em turno suplementar pela CCJ

Expedito destaca transmissão de táxis

O senador Expedito Júnior (PSDB-RO) comemorou a aprovação, pela CCJ, do projeto de sua autoria (PLS 253/09) que regulamenta a transmissão de permissão para explorar o serviço de táxi. Ele agradeceu a ajuda de vários senadores para que a matéria tramitasse rapidamente. O projeto deve seguir para análise na Câmara dos Deputados.

O senador pediu ainda uma definição sobre proposta (PEC 300/08) que cria isonomia salarial entre policiais militares e bombeiros de todo o país com os do Distrito Federal.

Papaléo pede recomposição do FPM

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu a recomposição dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que, segundo ele, apresenta uma queda nominal de 9,66% em relação aos valores repassados até setembro do ano passado. O parlamentar lembrou que, pelo menos, 4.300 dos 5.561 municípios brasileiros se sustentam com os repasses do fundo.

Apenas Macapá, informou Papaléo Paes, recebeu até agora R\$ 7,5 milhões a menos que em igual período do ano passado, "valor difícil de ser coberto".

Desvinculação de Receitas da União será gradativamente reduzida até acabar em 2011. Educação deve receber a mais R\$ 4 bilhões em 2009 e R\$ 7 bilhões em 2010. Proposta também atribui à União responsabilidade na universalização do ensino obrigatório

CCJ aprova fim do mecanismo que retira 20% das verbas da educação

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) em relação à educação, a partir de 2011. Assim, as verbas do Orçamento da União destinadas ao setor não poderão ter outra aplicação que não o investimento exclusivo em educação. Hoje, a DRU permite a retenção de 20% das verbas educacionais. O texto segue agora para o Plenário do Senado e, se aprovado, será promulgado pelo Congresso Nacional, tornando-se uma norma constitucional, pois já passou pela Câmara.

Embora o fim da desvinculação dos recursos para a educação só esteja previsto para ocorrer a partir de 2011, a PEC (96-A/03) estabelece redução da DRU já em 2009 e 2010. O mecanismo deixaria de reter 7,5% do orçamento da área em 2009 e 15% em 2010, liberando verbas extras de R\$ 4 bilhões e R\$ 7 bilhões, respectivamente.

O texto aprovado resultou da junção, na Câmara dos Deputados, de algumas PECs, entre as quais, uma de Ideli Salvatti (PT-SC) encaminhada pelo Senado àquela Casa. A proposta da senadora previa também uma redução gradativa da DRU para efeito do cálculo dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Em seu relatório favorável à matéria, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse ter sido observada a necessidade de recompor a capacidade de investimento da União em educação, o que demanda e justifica, "de maneira inadiável", a supressão da DRU em relação à área.



Acima, Demostenes (E) preside reunião da CCJ. Ao lado, a relatora Lúcia Vânia (E) e Ideli Salvatti, autora da proposta, comemoram aprovação das mudanças constitucionais para a área educacional

A proposta inclui ainda a União e o Distrito Federal no regime de colaboração para assegurar a universalização do ensino obrigatório. Para Lúcia Vânia, a inclusão da União nesse regime constitui uma medida importante, uma vez que, como alega a senadora, o governo central vem historicamente se abstendo de cumprir seu papel de assistir financeiramente os entes federativos que arrecadam menos tributos.

O texto também estabelece obrigatoriedade de ensino gratuito dos quatro aos 17 anos de idade e o atendimento ao aluno em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suple-

mentares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Ideli agradeceu a Lúcia Vânia pela rapidez com que apresentou o relatório e destacou a importância da PEC, que trará um volume de recursos significativos para a educação. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RO), lembrou que a proposta é fruto de acordo com o Executivo. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Demostenes Torres (DEM-GO), que incluiu a matéria como item extra-pauta na reunião de ontem, salientou que se trata de matéria efetivamente suprapartidária.

Exame criminológico pode voltar a ser exigido

Extinto em 2003, o exame criminológico pode voltar a ser exigido para a chamada progressão de regime e a liberdade condicional. Atualmente, o atestado de bom comportamento é dado pelo diretor da penitenciária, mas a CCJ aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto que estabelece a obrigatoriedade de exame do preso por uma comissão de especialistas. Se não houver recurso para apreciação pelo Plenário, a matéria seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

O projeto (PLS 190/07) prevê que o exame passará a ser exigido para instruir decisão judicial também sobre indulto e comutação de penas, sempre que a condenação tiver sido por crime hediondo ou que tenha

sido cometido mediante violência ou grave ameaça e ainda no caso de reincidência. Estabelece também que a decisão será precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Ministério Público.

A autora da proposta, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), afirma que "a mera comprovação do bom comportamento carcerário pelo diretor do estabelecimento penal não alcança a avaliação por técnico das áreas psiquiátricas, psicológica e social". Com parecer favorável do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o texto teve apoio de todos os senadores presentes à reunião, com exceção de Ideli Salvatti (PT-SC). Ela argumentou que a sociedade nem sequer conseguiu testar o fim do exame criminológico.

Projeto aumenta pena para incitação de crime

A CCJ aprovou ontem projeto que prevê pena mais rigorosa para atos de incitação e de apologia pública de crime. No lugar da pena básica atualmente prevista no Código Civil, de três a seis meses de prisão, o culpado poderá ficar preso de seis meses a um ano, sendo mantida ainda a aplicação de multas.

Ao propor a matéria (PLS 201/09), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia pretende, antes de tudo, garantir uma legislação mais rigorosa para punir o crime de incitação e apologia a atos de pedofilia. A matéria, que foi relatada por Kátia Abreu (DEM-TO), com parecer favorável, agora vai a Plenário.

Na justificativa da proposta, os senadores da CPI afirmam que parte da dificuldade de combater práticas criminosas decorre do "sentimento de descrença ou ineficácia" da lei penal. Por isso, acreditam que muitas pessoas se sentem estimuladas a transgredir-la. Para eles, a punição para a incitação ao crime, sua apologia ou a louvação do criminoso ainda não está perfeitamente dimensionada na legislação penal.

PLACA DE CONCESSIONÁRIA EM RODOVIA

Projeto aprovado pela CCJ obriga a instalação, ao longo das rodovias administradas por empresas privadas, em regime de concessão, de placas com o nome do órgão público fiscalizador do contrato. A proposta (PLC 66/05) determina que as placas sejam instaladas a distâncias máximas de dez quilômetros entre si. Caberá à empresa concessionária a responsabilidade de implantar e manter as placas. O relator, Gilvam Borges (PMDB-AP), apresentou parecer favorável à proposta.

JUIZADOS ESPECIAIS ABERTOS A OSCIPS

As chamadas organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e as sociedades de microcrédito podem ganhar o direito de entrar com ações nos juizados especiais em defesa de seus interesses. É o que estabelece projeto (PLC 71/06) aprovado ontem pela Comissão de Justiça. Pela legislação atual, apenas pessoas físicas e microempresas podem buscar apoio desses juizados, criados para acelerar e desburocratizar as decisões nas causas de menor valor.

PROJETO CRIA BANCO DO CENTRO-OESTE

Em turno suplementar, a CCJ aprovou ontem proposta que autoriza o governo a criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO). Previsto em artigo do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias (ADCT), da Constituição, o banco é um antigo pleito de parlamentares e governadores da região. Sua função será estimular projetos prioritários para o desenvolvimento, tendo como principal fonte de recursos as receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

CRIAÇÃO DE CARGOS NO EXECUTIVO

A criação de 21 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) destinados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi aprovada ontem pela CCJ. De autoria do Poder Executivo, o PLC 161/09 segue para análise do Plenário.

São 13 cargos para estruturar a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior: dois DAS-5; três DAS-4; três DAS-3; e cinco DAS-2.

SUBCOMISSÃO PARA SEGURANÇA PÚBLICA

A CCJ deverá reativar a Subcomissão Permanente de Segurança Pública para debater projetos da área. A sugestão, apresentada por César Borges (PR-BA), foi acatada pelo presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO). César Borges disse que a violência aumentou no país, enquanto a aplicação de recursos está abaixo do que é destinado ao setor. No caso da Bahia, explicou, não foram aplicados mais que 10% do total destinado em 2008 pelo Pronasici.

UNIVASF PODERÁ ATUAR EM MINAS

Foi acolhido pela CCJ projeto de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que autoriza a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) a atuar nos municípios da região mineira do vale.

A legislação em vigor (Lei 10.473/02) limita a atuação da Univasf a região do semiárido nordestino. Na justificativa do projeto (PLS 531/03), Azeredo afirma que essa extensão contribuirá para o desenvolvimento da região mineira do vale do São Francisco.

IDENTIFICAÇÃO EM LAN HOUSES

Os estabelecimentos que exploram serviços de locação de computadores para acesso à internet – como cybercafés e lan houses – devem manter cadastro de seus usuários, com a identificação do terminal utilizado, além da data e hora de início e de término do período de uso. A medida está prevista em projeto (PLS 296/08) de Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado em decisão terminativa pela CCJ e que visa ampliar a eficácia no combate aos crimes cibernéticos.

REDUÇÃO DE PRAZO DE RECURSO JUDICIAL

A CCJ acolheu projeto (PLS 220/06) de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que altera o artigo 508 do Código de Processo Civil a fim de reduzir de 15 para dez dias o prazo para interposição de recursos e para a resposta a eles. A senadora afirma que os recursos previstos no código submetem-se a prazos variados e excessivos. O relator Raimundo Colombo (DEM-SC) ressaltou que a medida permitirá acelerar os processos judiciais.

Proposta institui nova contribuição aos sindicatos

Projeto que regulamenta a contribuição assistencial para financiar negociações coletivas e outras atividades sindicais foi aprovado ontem pela CCJ. A contribuição, de acordo com a proposta (PLS 248/06) do senador Paulo Paim (PT-RS), será descontada compulsoriamente de todos os trabalhadores e servidores membros da categoria profissional, sindicalizados ou não. Paim explica que a contribuição assistencial já existe, mas, por falta de norma legal, há insegurança jurídica sobre seu recolhimento.

– As entidades sindicais enfrentam verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento – diz o senador.

A relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), observa que, com a aprovação do projeto, haverá duas contribuições sindicais obrigatórias para todas as categorias profissionais, que hoje já contribuem com o denominado "imposto sindical".

Pelo texto, o percentual da contribuição e a forma de rateio serão decisões de assembleia



Paulo Paim, autor do projeto: cobrança máxima de 1% do salário

geral dos trabalhadores, mas a cobrança não poderá ser superior a 1% da remuneração bruta. A matéria será analisada em Plenário.

Em discurso na tribuna, Paim comemorou a aprovação pela CCJ, elogiou o relatório de Lúcia Vânia e agradeceu o apoio do presidente do colegiado, Demostenes Torres (DEM-GO), e dos demais senadores. O parlamentar também registrou a aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do projeto (PLC 112/07) que regulamenta profissões como cabeleireiro, esteticista, depilador e maquiador.

Regras mais flexíveis para repasses a estados e municípios

Pode se tornar mais fácil para estados e municípios receber transferências de recursos federais. Projeto aprovado ontem pela CCJ determina que eles só precisarão comprovar que estão em situação regular para receber as transferências no momento da assinatura do convênio e da liberação da primeira parcela dos recursos ou da parcela única.

A comprovação de regularidade é uma exigência da Lei de

Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo o autor do projeto (PLS 350/09), João Vicente Claudino (PTB-PI), nos moldes atuais, qualquer pendência que surja no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios (Cauc) é suficiente para que as transferências das parcelas remanescentes sejam suspensas. O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), apresentou voto favorável.

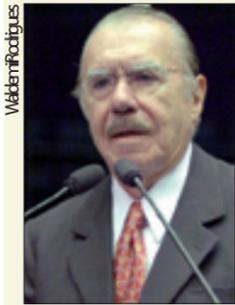
Projeto prevê sustentação oral nos julgamentos

O Código de Processo Civil (CPC) poderá ser alterado para permitir que a sustentação oral pelos advogados, nos tribunais, também possa ser feita nos julgamentos de agravos e de embargos de declaração que pretendam mudar significativamente a sentença. A proposta (PLS 472/08), aprovada pela CCJ terminativamente, mantém a proibição de sustentação oral quando esses embargos não buscarem obter efeito modificativo ou infringente. Pelo projeto, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), na sessão de julgamento os litigantes terão prazo improrrogável de 15 minutos para cada um sustentar as razões do recurso. O relator, Almeida Lima (PMDB-SE), apresentou duas emendas de técnica legislativa.

Transferência de atletas menores para o exterior

Projeto que proíbe a transferência de atletas para o exterior antes de completarem 18 anos de idade e se profissionalizarem foi aprovado na CCJ. O autor da proposta (PLS 238/04), Demostenes Torres (DEM-GO), afirma que o objetivo é evitar que jogadores de futebol, ainda adolescentes, sejam induzidos por empresários a se arrissem no exterior. O projeto altera a Lei do Passe Livre (Lei 9.615/98) e também aumenta de dois para quatro anos o prazo máximo de renovação do primeiro contrato de trabalho do atleta com o clube. A proposta foi relatada por Alvaro Dias (PSDB-PR) e segue para as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE).

Sarney propõe anistia para devedores do Fies

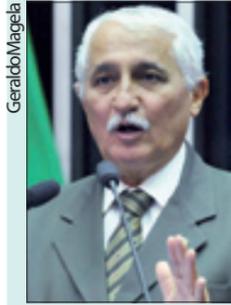


Sarney

O senador José Sarney (PMDB-AP) anunciou a apresentação de emenda a projeto, já analisado na Câmara, que permite abatimento de saldo devedor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família, entre outras medidas.

A emenda de Sarney ao PLC 184/09 visa permitir a absorção pelo fundo de mensalidades não quitadas por devedores do Fies desempregados ou acometidos por doença grave e incapacitante para o trabalho. Sarney chamou atenção para as dificuldades dos estudantes em encontrar trabalho logo após a conclusão de seus cursos universitários.

Professor é orientador para a vida, diz Augusto



Augusto Botelho

A propósito do Dia do Professor, comemorado hoje, Augusto Botelho (PT-RR) propôs uma "reflexão sobre as condições da educação no Brasil e que tipo de nação está sendo construída". O senador disse que, apesar de conquistas como a universalização do acesso ao ensino fundamental, o Brasil ainda não oferece educação básica de qualidade na rede pública de ensino. Acrescentou que os professores precisam de avaliações internas e externas de desempenho. "Atuar no magistério requer bem mais que preparação específica, domínio das técnicas pedagógicas e presença vigorosa em sala de aula. Exige-se, hoje em dia, do professor, que ele seja também pai, psicólogo e orientador para a vida", disse.

Hospital pode ser obrigado a ter estoque de vacinas

Objetivo de proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais é assegurar atendimento de urgência em casos de acidentes

HOSPITAIS PÚBLICOS E privados que realizem atendimento de urgência podem ser obrigados a manter estoques de vacinas antitetânica e antirrábica, bem como os soros antiofídicos e imunoglobinas. Proposta com esse objetivo foi aprovada ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e deve seguir para exame da Câmara dos Deputados.



Rosalba Ciarlini, ao lado de Paim, preside a reunião da CAS

Ao defender a aprovação do PLS 667/07, a autora, Marisa Serrano (PSDB-MS), relatou um episódio de mordida de cobra na cidade turística de Bonito (MS), onde não havia soro disponível, o que obrigou o acidentado a se locomover até a capital, Campo Grande.

Profissões

A CAS aprovou também três propostas dispondo sobre atividades profissionais e direitos trabalhistas, entre elas, uma matéria regulamentando as profissões de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicuro, pedicuro, depilador e maquiador (PLC 112/07).

A CAS também aprovou, em decisão terminativa, o PLS 175/06, do então senador Rodolpho Tourinho (BA), para

dispensar do pagamento de 40% de multa sobre o saldo da conta, no caso de dispensa do trabalhador sem justa causa, o empregador que facultar a seus auxiliares domésticos a opção pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Foi aprovado ainda o PLS 233/03, de Paulo Paim (PT-RS), que garante aposentadoria especial para trabalhadores que exercem atividades que tenham potencial para prejudicar sua saúde ou integridade física.

Com a finalidade de prestigiar o trabalho dos conselheiros tutelares, a CAS aprovou proposta para exigir que eles sejam remunerados de acordo com o mercado de trabalho, caso atuem em regime de dedicação exclusiva.

Rosalba defende auxílio-tratamento

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu ontem, em Plenário, apoio para a aprovação de projeto de sua autoria que institui o pagamento de um auxílio-tratamento à família com criança ou adolescente que sofra de câncer ou Aids. A proposta está em exame na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e depois será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Rosalba explicou que, conforme a proposição, o benefício será pago à mãe, e na sua impossibilidade, ao pai ou responsável legal. A senadora apontou,

entre as dificuldades enfrentadas pelos pais, a distância dos grandes centros urbanos, sendo obrigados, muitas vezes, a largar seus empregos para acompanhar o tratamento dos filhos.

A questão do câncer infantil foi debatida recentemente em audiência na CAS, que a senadora preside. Durante a discussão, informou, constatou-se que a tabela SUS para o tratamento de câncer não é reajustada há dez anos. Em apertes, Flávio Arns (PSDB-PR) e Augusto Botelho (PT-RR) prometeram apoio à proposta da senadora.

Ideli reúne projetos de meio ambiente

Ideli Salvatti (PT-SC) entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, um levantamento de todos os projetos vinculados ao meio ambiente que podem ser votados antes da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas (COP-15) da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontece em dezembro deste ano em Copenhague, na Dinamarca.

A senadora preside a comissão de parlamentares que representará o Brasil no encontro, composta também pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM) e por deputados. Os projetos são: o PL 3535/08, que estabelece a Política Nacional sobre

Mudanças do Clima; o PL 2635/07, que cria o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas por meio da redistribuição dos recursos da participação especial no petróleo; o PL 261/07, que regula a criação de loteamentos fechados; o PL 5894/09, que trata dos cargos de analista ambiental e da carreira de especialista em meio ambiente; o PL 3292/04, que trata da instalação de recifes artificiais no litoral brasileiro; e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 12/03 – que fixa normas para a divisão de competências e para a cooperação entre União, estados e municípios em assuntos relativos ao meio ambiente.

Marina: MP gera mais desmatamento

Marina Silva (PV-AC) comentou informações de que o desmatamento na Amazônia voltou a crescer por dois meses consecutivos – em julho e em agosto. Segundo a senadora, levantamentos do Imazon dão conta de que, em julho deste ano, o desmatamento cresceu 93% em comparação com o mesmo período de 2008



Marina lembra ter advertido sobre consequências da MP 458

e, em agosto, o aumento foi de 167% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

– As causas desse aumento, segundo o Imazon, coincidem com as advertências que venho fazendo desde a discussão da

MP 458, também conhecida como MP da grilagem da Amazônia. Durante aquele processo, alertei para o fato de que a MP iria criar uma nova corrida à ocupação das terras e florestas públicas.

Marina disse ainda que o Brasil precisa se comprometer com metas de redução de emissões não só oriundas do desma-

tamento da Amazônia, mas de todos os biomas, especialmente Cerrado e Caatinga, e também da agricultura, dos setores industriais, de transporte e de geração de energia.

Jefferson quer ousadia em meta sobre clima

Jefferson Praia (PDT-AM) sugeriu ao governo que "seja ousado" na reunião mundial sobre o clima, a se realizar em dezembro, em Copenhague. Para o senador, o governo deveria mudar sua estratégia de não se comprometer com percentuais de redução de desmatamento da Amazônia, ponderando que, hoje, a população brasileira "já quer isso", principalmente



Jefferson: governo deve mudar estratégia para Copenhague

– É importante que o governo estabeleça uma meta que, embora ousada,

possa ser cumprida pelos brasileiros. Isso nos dará condições de cobrar que os países de economias mais avançadas também cumpram metas de redução do lançamento de poluentes que aumentam o efeito estufa.

Jefferson leu trechos de documento preparado pelo cientista Philip M. Fearnside, do Grupo de Estudos Estratégicos Amazônia, do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Inpa), que trata do futuro da região em uma situação de aquecimento global.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Romeu Tuma • Serys Slhessarenko • Epitácio Cafeteira • Mão Santa • Augusto Botelho

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Serys pede correção do piso salarial do professor

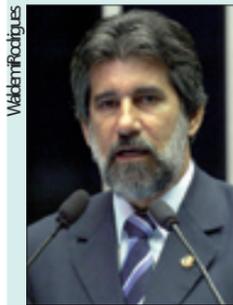


Serys Silhessarenko

Ao festejar o Dia do Professor, comemorado hoje, a senadora e professora Serys Silhessarenko (PT-MT) pediu que os estados e municípios implantem até o final de 2010 o piso salarial da classe, previsto na Lei 11.738/08. Ela deu todo apoio aos sindicatos de trabalhadores do ensino público em sua luta para que o piso seja elevado de R\$ 950 para R\$ 1.132.

Serys observou que todos os países que conseguiram elevar seu índice de desenvolvimento humano (IDH) tiveram de realizar com determinação uma "revolução educacional", além de destinar "muito, mas muito dinheiro" ao sistema de educação.

Raupp espera que educação vire prioridade



Valdir Raupp

"A maioria dos professores continua a sofrer com salários quase indignos, com o excesso de alunos em sala de aula, com a confusão pedagógica e com o quadro de indisciplina e violência que se espalhou pela maioria das escolas." Mesmo traçando um quadro negativo da situação atual vivenciada pelos professores, Valdir Raupp (PMDB-RO) expressou sua confiança de que dias melhores virão e que a educação se transformará em prioridade no Brasil.

O senador assinalou que os países que decidiram investir maciçamente em educação conseguiram dar um salto de qualidade e se aproximar das nações desenvolvidas. Raupp citou o caso específico da Coreia do Sul.

Parcerias para ampliar acesso à leitura e incentivar hábito

Participantes de seminário na Comissão de Educação dizem que programas de incentivo à leitura devem ser integrados por governo, partidos, empresas privadas e terceiro setor

O HÁBITO DA leitura pode ser um eficiente instrumento de desenvolvimento e redução das desigualdades sociais do país, e deve ser incentivado por meio de propostas suprapartidárias e por programas integrados pelos diversos ministérios em parcerias com a iniciativa privada e o terceiro setor. A ideia foi defendida por especialistas da área de educação que participaram da primeira mesa de debates do seminário "Expansão do acesso à leitura: a integração entre ações públicas e privadas", promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Os convidados – representantes do governo e do Instituto Ecofuturo – também defenderam a implantação, pelo Executivo, e a manutenção, pelo setor privado, de bibliotecas em todos os municípios. O seminário, iniciativa do presidente da CE, Flávio Arns (PSDB-PR), e de Cristovam Buarque (PDT-DF),



Maria do Pilar Lacerda, do MEC; Daniel Feffer, do Ecofuturo; Arns e Manevy

terá prosseguimento hoje.

O secretário-executivo do Ministério da Cultura, Alfredo Manevy, registrou que deverá ser encaminhado ao Congresso o projeto de lei que cria o fundo pró-leitura, específico para políticas de desenvolvimento do setor. O fundo nasceu da contrapartida da desoneração fiscal da cadeia do livro em cerca de 10%, disse. As empresas contribuirão

com R\$ 50 milhões e o governo com cerca de R\$ 150 milhões.

A coordenadora-geral de Livro e Leitura do ministério, Gabriela Gambi, anunciou que o governo está realizando fóruns estaduais e municipais, numa articulação dos ministérios da Educação e da Cultura com universidades e sociedade civil, para implantação do Programa Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

Acesso a bibliotecas ajuda a reduzir a evasão escolar

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2007, avaliou o impacto do projeto Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso, mostrando que em locais onde foram implantadas bibliotecas houve queda de 0,6% no índice de evasão escolar. Segundo a pesquisadora do Ipea Mirela Carvalho, foram implantadas 80 bibliotecas em nove estados pelo projeto, realizado pelo Instituto Ecofuturo em parceria com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

Jaqueline de Grammond, pesquisadora da Universidade Federal de São João del Rei, de Minas Gerais, salientou o objetivo de orientar "políticas de promoção de leitura". Ela citou estudos que mostram relação direta entre a escolarização e o gosto pela leitura, e apontam a necessidade de uma maior formação de profissionais da educação para que a biblioteca seja "o coração da escola".

Cristovam defende projeto de cesta básica do livro

Durante o seminário na CE, Cristovam Buarque pediu a aprovação de projeto de sua autoria, que tramita na Câmara dos Deputados e cria o programa Cesta Básica do Livro, visando garantir um acervo mínimo de livros para famílias de estudantes da rede pública.

O senador lembrou que é autor da proposta que originou a Lei 11.899/09 e instituiu o Dia da Leitura, celebrado juntamente com o Dia da Criança, em 12 de outubro, e a Semana Nacional da Leitura e da Literatura. "O dia foi escolhido de propósito. A ideia é dar à criança um livro, e dar livros aos amigos nesse dia. Passou despercebido, mas creio que vai se disseminar logo a ideia", afirmou. Já Flávio Arns disse esperar que, no próximo ano, também as assembleias legislativas e câmaras municipais realizem seminários para debater o tema do incentivo à leitura.

Ministro garante segurança de provas do Enem em dezembro

O ministro da Educação, Fernando Haddad, informou que o inquérito realizado pela Polícia Federal aponta que uma alteração do local de impressão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2009 – sem que o ministério fosse informado e sem as condições de segurança acertadas – foi provavelmente o que facilitou a fraude. As provas marcadas para 3 e 4 de outubro foram transferidas para 5 e 6 de dezembro, disse Haddad à Comissão de Educação.

– Subtraíu-se um kit de provas que foi oferecido para um órgão de imprensa [o jornal *O Estado de S. Paulo*] mediante pagamento. Isso está claro e as pessoas envol-

vidas já foram indiciadas. Agora é preciso saber quando e em que condições ocorreu, para apurarmos a responsabilidade criminal e também a civil – disse.

Ele acrescentou que o consórcio de empresas vencedor da licitação para realização das provas terá de responder pela falta de segurança. Haddad comunicou ainda que o Ministério da Educação aguarda o inquérito da PF para instalar auditoria interna que irá apurar possível participação de servidores na fraude.

O ministro ressaltou que uma força-tarefa do MEC e parceiros foi montada para a preparação e aplicação das novas provas com segurança reforçada.



Ao lado de Arns (D), Haddad diz que MEC vai tentar antecipar resultados

Senadores elogiam rapidez e solução encontrada pelo MEC

Fernando Haddad compareceu ontem por iniciativa própria à CE e informou que o MEC está estudando uma forma de acelerar etapas subsequentes ao Enem, como a divulgação dos resultados, a fim de evitar o comprometimento dos calendários das universidades que receberão em 2010 os aprovados no exame.

Eduardo Suplicy (PT-SP), Flávio Arns (PSDB-PR), Fátima Cleide (PT-RO), Ideli Salvatti (PT-SC), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Augusto Botelho (PT-RR), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Romeu Tuma

(PTB-SP) e Wellington Salgado (PMDB-MG) elogiaram a "agilidade" do MEC no caso.

O ministro sugeriu um debate sobre a revisão da tipificação criminal desse tipo de fraude, e recebeu apoio de Renato Casagrande (PSB-ES). Em resposta a Marisa Serrano (PSDB-MS) sobre possível omissão do Ministério da Educação na fiscalização do consórcio contratado, Haddad afirmou que "em todo contrato assinado pelo poder público não é trivial estabelecer o limite de responsabilidade do contratante por erros do executor".

João Pedro: "O livro é instrumento da liberdade"



João Pedro

João Pedro (PT-AM) destacou ontem, da tribuna, tanto as comemorações pela Semana Nacional da Leitura e da Literatura como o evento que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado está realizando para celebrá-la.

O livro é um instrumento de conhecimento e de liberdade, declarou o parlamentar, que também defendeu uma política de criação de bibliotecas no país.

O evento citado por João Pedro é o seminário "Expansão do acesso à leitura: a integração entre ações públicas e privadas", que se encerra hoje.

– Uma sociedade democrática não pode prescindir dos livros – observou o senador.

Mão Santa: Piauí tem meio milhão de analfabetos



Mão Santa

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos quase 3 milhões de habitantes em condições de ser alfabetizados no Piauí, 563 mil são analfabetos. Esse percentual de analfabetos (24,37%) só é menor que o de Alagoas, estado no qual 25,72% da população é analfabeta. Os números foram divulgados por Mão Santa (PMDB-PI), que responsabilizou o governo petista do Piauí pelo resultado.

– A esperança está na democracia, na alternância do poder. Na véspera do Dia do Professor, a notícia é essa. O governo do PT é uma lástima. Nunca antes houve governo tão desastrado como esse. O Piauí tem mais de meio milhão de analfabetos – alertou o senador.

Proposta aprovada pela CDH estabelece obrigatoriedade de instalação em casas de diversão pública, estádios, auditórios e salas de aula, entre outros locais

Cadeira especial para obesos e pessoas com deficiência

CASAS DE DIVERSÃO pública – como teatros, cinemas e estádios –, salas de auditórios e de aula, e até mesmo salas de espera poderão ser obrigadas a oferecer assentos especiais para as pessoas obesas ou com deficiência, segundo estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta da Câmara dos Deputados (PLC 184/08), que recebeu substitutivo do se-

nador Flávio Arns (PSDB-PR), também estabelece que centros de convenção e edifícios públicos deverão instalar poltronas e cadeiras para os obesos. Além disso, terão de reservar áreas específicas para cadeiras de rodas e colocar “tablados nivelados quando isso for necessário, para proporcionar boas condições de segurança e visibilidade”. A quantidade dos assentos corresponderá, no mínimo, a

2% da capacidade do local. O estabelecimento que descumprir a regra terá que pagar multa de 2% do faturamento médio mensal, nos casos em que for possível aferi-lo. Caso contrário, o valor da multa será estabelecido pela autoridade administrativa responsável pela fiscalização ou pela autoridade judicial. A matéria teve como relator substituto Paulo Paim (PT-RS) e ainda será votada em turno suplementar.



J.Freitas

Iniciativa de Paulo Paim é acolhida pela Comissão de Direitos Humanos

Licitação deve exigir ações de igualdade das empresas

A execução de ações e programas que promovam a igualdade poderá ser exigida de empresas que participem de licitações para fornecer bens e serviços ao governo. Tais iniciativas também se tornarão critério de desempate entre os licitantes. É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De acordo com a proposição (PLS 234/08), entre as exigências para que empresas participem de licitações, além das atualmente previstas na lei, estará a adoção de critérios de promoção da igualdade ou ações afirmativas, como a contratação de pessoas com deficiência, negros e trabalhadores com mais de 40 anos. Segundo Paulo Paim (PT-

RS), autor da proposta, a medida contribuirá para que a administração pública “busque, mais que fornecedores, parceiros na luta contra o preconceito”.

Emenda apresentada pelo relator, Flávio Arns (PSDB-PR) determina ainda que, como critério de desempate para a licitação, a preferência seja dada ao licitante que tiver, em seus quadros, a maior soma de trabalhadores negros, com deficiência ou maiores de 40 anos.

No caso de o empate persistir, a classificação se fará por sorteio público. A matéria, que teve como relator *ad hoc* o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será examinada em decisão terminativa.

Sugestão de entidade baiana é acolhida na CDH

As áreas públicas utilizadas para esporte e lazer por comunidades periféricas, ribeirinhas e quilombolas, em período igual ou superior a cinco anos, poderão ser destinadas à criação de espaços desportivos comunitários.

Sugestão de projeto de lei nesse sentido, de caráter autorizativo, encaminhada pela Federação de Futebol Não Profissional da Bahia, foi acolhida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Audiência vai debater ensino da história indígena

A Comissão de Direitos Humanos vai debater, em audiência pública com as secretarias de Educação estaduais e municipais, a implementação das metas estabelecidas pela Lei 11.645/08, que torna obrigatória a inclusão da história e da cultura indígenas no currículo da rede de ensino.

A audiência, marcada para 11 de novembro, será transmitida às assembleias legislativas por meio de videoconferência, com a ajuda do Interlegis.

Mercadante: Brasil vive momento extraordinário



Aloizio Mercadante

Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o país vive um momento extraordinário de estabilidade política e econômica, crescimento, inclusão social, prestígio diplomático e projeção internacional, apontando a necessidade de uma agenda positiva que permita um planejamento estratégico, especialmente em logística e infraestrutura.

– Nós sempre achávamos que o Brasil era o país de futuro. O futuro chegou e é extremamente promissor – afirmou.

Mercadante citou a criação, em setembro, de 293 mil novos postos de trabalho, o aumento de 29,7% na movimentação aeronáutica e o recorde histórico de vendas de automóveis, com 307 mil veículos.

Para Mozarildo, governo fez pouco pela Amazônia



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que fez um balanço dos dois mandatos do atual governo e concluiu que o saldo para a Amazônia foi “quase nada”.

Segundo ele, o legado positivo do governo Luiz Inácio Lula da Silva para a região é apenas a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que tratou da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União. No mais, opinou, foram apenas discursos em palanques e frases de efeito desferidas de acordo com a conveniência política e a plateia da ocasião.

– O presidente Lula é péssimo na execução. Ele não consegue mandar nos seus ministros, que vivem brigando uns com os outros – afirmou.



WebemRodrigues

Flávio Torres: DPVAT ampliado

O senador Flávio Torres (PDT-CE) apresentou projeto para alterar a lei que trata do seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Ele informou que sua proposta amplia os casos a serem indenizados pelo seguro e corrige o valor máximo de desembolso para despesas médico-hospitalares, entre outras medidas.

O projeto (PLS 457/09), apresentado na semana passada, tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Flávio Torres destacou que o texto inclui, entre os danos passíveis de indenização, a incapacidade para as “ocupações habituais” por mais de 30 dias, a perda da função reprodutora do homem ou da mulher, o aborto ou a antecipação do parto, entre outros.

César Borges quer mudar FGTS

Ao comentar notícia, publicada no jornal *O Globo*, de que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) apresentou seu menor rendimento em 42 anos de existência, o senador César Borges (PR-BA) voltou a defender o projeto (PLS 301/08) – de sua autoria – que visa aumentar os ganhos dos trabalhadores participantes do fundo.

A remuneração atual do FGTS não consegue cobrir nem as perdas inflacionárias, afirmou ele. Seu projeto determina que metade do lucro líquido do fundo seja destinada aos cotistas.

Neuto de Conto elogia a agropecuária

Neuto de Conto (PMDB-SC) ressaltou a importância da produção agropecuária e defendeu a exploração, no Brasil, de jazidas de fosfato, para produção de fertilizantes. Ele lembrou que a agropecuária é responsável por alimentar a população do país e representa 33% do Produto Interno Bruto (PIB) e 34% das exportações nacionais, gerando 37% dos empregos, além de contribuir significativamente para o saldo positivo da balança comercial brasileira.

Valadares louva pecuária nacional

No Dia da Pecuária, comemorado ontem, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) informou ao Plenário que o campo brasileiro tem melhorado sua tecnologia, pois, de 1996 a 2006, o rebanho bovino cresceu 12%, mesmo usando 10,7% a menos de pastagens. Ele disse que há pouco mais de dez anos as fazendas do país mantinham 86 bovinos em 100 hectares. Agora, os pecuaristas já conseguem, na média, criar 108 animais na mesma área.

De acordo com Valadares, os últimos levantamentos informam que o Brasil mantém o maior rebanho bovino do mundo, com cerca de 207 milhões de cabeças. O Mato Grosso do Sul continua com o maior rebanho, com 20 milhões de animais. O senador observou que o setor rural tem ajudado o país a superar a crise.

WebemRodrigues



Senador afirma que “gastos irresponsáveis” ameaçam economia

ACM Júnior alerta para gastos públicos

Antônio Carlos Júnior (DEM-BA) pediu mais responsabilidade por parte do governo federal em relação aos gastos públicos e, por outro lado, mais investimentos para que o país possa crescer satisfatoriamente.

Ele lembrou a recuperação econômica do país nos últimos 15 anos, com a adoção de várias medidas, que começaram com o Plano Real, e alertou para o risco de os “gastos irresponsáveis” do atual governo, combinados com a queda da arrecadação, destruírem os avanços econômicos conquistados.

Crivella propõe benefício a garçons

Marcelo Crivella (PRB-RJ) comunicou a apresentação de projetos ampliando a proteção trabalhista para a profissão de garçom. Ele explicou que muitos garçons não têm carteira de trabalho assinada, pois são considerados diaristas. O senador disse que o objetivo de uma de suas propostas é mudar esta situação, de acordo com jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O projeto estabelece que, se o garçom tiver jornada de trabalho de pelo menos três dias por semana (com oito horas diárias), estará configurado o vínculo empregatício.